

Grandes obras, empresas mais fortes. O que falta para a engenharia portuguesa ganhar escala?



Fernando Prioste
CEO do Grupo COBA

Não é a dimensão do país que define a dimensão das suas empresas. Os Países Baixos ou a Bélgica, comparáveis em dimensão com Portugal, mostram que é possível ter grupos de engenharia competitivos, em escala e especialização, capazes de ombrear com as grandes consultoras americanas ou inglesas

A consultoria de engenharia em Portugal vive um momento desafiante e decisivo. Desafiante, pela incerteza gerada pela crise internacional e pela pressão para entregar mais e com maior exigência técnica, apesar de estrangulamentos de recursos, limitações na cadeia de fornecimento e incerteza económica. Decisivo, porque projetos estruturantes — Alta Velocidade, 3.ª Travessia do Tejo e Novo Aeroporto de Lisboa — podem reforçar, de forma sustentada, a capacidade das empresas nacionais. Se, quanto ao impacto da crise internacional, muito pouco podemos fazer, já no desenvolvimento dos projetos estruturantes não podemos repetir o erro do passado: depois de serem gastos dezenas

de milhões de euros em estudos e projetos, muitos deles foram deixados na gaveta ou abandonados em 2011. Hoje, o país reclama, e bem, pelo fim dos atrasos no seu lançamento e pela sua rápida implementação.

É verdade que o volume de trabalho na área da consultoria de engenharia tem crescido, impulsionado pela retoma do investimento e por programas como o PRR. Mas a capacidade do setor não se aumenta por decreto, nem convidando empresas estrangeiras a vir cá realizar as obras, trazendo elas próprias os seus consultores. Essa é a visão de curto prazo. A capacidade do setor constrói-se com previsibilidade: é isso que pedimos aos nossos governantes. Havendo previsibilidade, não tememos a concorrência, pois seremos capazes de imprimir um crescimento

saúdavel às nossas empresas, crescimento esse assente em pessoas, competências, processos e inovação. O setor necessita de um calendário de obras exequível, com um faseamento adequado e modelos de contratação que reduzam a litigância e evitem picos e quebras de atividade que dificultam a retenção de talento. As empresas portuguesas têm capacidade para responder a todas estas frentes, quer através de mão de obra nacional, quer através da captação de talento internacional, cada vez mais presente no tecido empresarial português.

Tem havido um crescimento sólido neste setor. Seguindo os perfis setoriais do INE, nas Atividades de arquitetura, de engenharia e técnicas afins (CAE

711), o número de empresas subiu de cerca de 27 060 (2020) para 30 388 (2024), e o pessoal ao serviço dessas empresas, de 54 500 para cerca de 67 000. A dinâmica é positiva, mas exige um pipeline de investimento público estável, para não travar esta curva de crescimento que o setor está a construir.

Não é a dimensão do país que define a dimensão das suas empresas. Os Países Baixos ou a Bélgica, comparáveis em dimensão com Portugal, mostram que é possível ter grupos de engenharia competitivos, em escala e especialização, capazes de ombrear com as grandes consultoras americanas ou inglesas. A diferença não está na dimensão do país, mas sim nas condições que são oferecidas para o desenvolvimento das suas empresas e retenção dos seus quadros: previsibilidade do investimento, contratação que valorize qualidade e inovação (não apenas o preço) e uma visão de médio prazo, que evite ciclos de “stop-and-go” são fatores decisivos nesse processo.

As empresas portuguesas já provaram que respondem a desafios complexos quando existe oportunidade e enquadramento. O essencial é que estes projetos-âncora que se avizinham alavanquem o tecido empresarial nacional. Só assim será possível, uma vez ultrapassado a fase do projeto e construção, reter conhecimento adquirido em projetos de elevada complexidade apresentando essas valências para vender serviços para o exterior: equipas multidisciplinares, especialização ferroviária e aeroportuária, digitalização, gestão de risco, sustentabilidade e resiliência. Assim, o conhecimento não termina na obra: transforma-se em competitividade e capacidade de exportação.

Num cenário de elevada incerteza, tensões geopolíticas, volatilidade de preços e risco energético, o papel do poder público é determinante. É precisamente quando a incerteza aumenta que o planeamento é mais necessário: proteger investimentos críticos, coordenar calendários, antecipar necessidades de mão de obra e garantir que a infraestrutura de hoje responde aos requisitos de amanhã (eficiência energética, descarbonização, adaptação climática e segurança).

Como transformar investimento em infraestruturas em capacidade económica duradoura, para lá da execução? Com boa preparação e execução, estas grandes obras farão mais do que construir linhas, pontes ou aeroportos: ajudarão a formar e reter quadros em Portugal, criar empresas mais robustas, carreiras qualificadas e uma engenharia portuguesa mais presente nos mercados internacionais. A oportunidade está à vista; o que fará a diferença é a forma como a organizamos. **C**